



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parecer
COM(2014)634

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO,
AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES -
Progressos na concretização do mercado interno da energia**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 8 de janeiro de 2013, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Progressos na concretização do mercado interno da energia [COM(2014)634]

A supra identificada iniciativa foi enviada à Comissão de Economia e Obras Públicas, atento o respetivo objeto, a qual analisou a referida iniciativa e aprovou o Relatório que se anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1 – A presente iniciativa diz respeito à COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Progressos na concretização do mercado interno da energia.

2 – É referido na presente iniciativa que ao longo das duas últimas décadas, a política energética da Europa tem sido sistematicamente orientada para a consecução de três objetivos principais. Assim, na União Europeia, a energia deve:

- ter preços acessíveis e competitivos,
- ser sustentável do ponto de vista ambiental, e
- estar garantida para todos.

Um mercado interno da energia bem integrado é um pré-requisito fundamental para atingir estes objetivos de uma forma economicamente vantajosa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

3 – É igualmente mencionado que, em 2011, os Chefes de Estado ou de Governo reconheceram a importância da criação de um mercado interno da energia e estabeleceram um prazo claro para a sua conclusão (até ao final de 2014), sublinhando que nenhum Estado-Membro da UE deveria ficar isolado das redes europeias de gás e eletricidade após 2015¹.

4 – Os objetivos supracitados têm sido, desde então, de acordo com o texto da iniciativa em análise, muitas vezes repetidos e expressamente subscritos por todos os principais interessados, desde as associações industriais até às organizações de consumidores².

A enorme importância do setor da energia para a competitividade, o bem-estar e a independência da Europa obriga a que a União Europeia não possa falhar³.

5 – É, ainda, indicado que, em Novembro de 2012, a Comissão apresentou um relatório exaustivo sobre o estado do mercado interno da energia, fazendo um balanço do que foi alcançado e perspetivando o futuro através da identificação dos três grandes desafios em que o futuro trabalho se deve centrar⁴.

6 – Por conseguinte, os desafios e ações conexas prendem-se: em primeiro lugar, com a necessidade de implementar, aplicar e agir em conformidade com a legislação existente; em segundo lugar, com a necessidade de adaptar os nossos sistemas

¹ Conclusões do Conselho Europeu de 4 de fevereiro de 2011,

https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/trans/119253.pdf

² Ver, por exemplo, os documentos de posição da IFIEC - Federação Internacional das Indústrias Consumidoras de Energia (http://www.ifieceurope.org/docs/20140225%20IE_Manifesto.pdf), da Eurogas (http://www.eurogas.org/uploads/media/Internal_market_13PP011_-_Eurogas_Position_Paper_on_the_Internal_Energy_Market_-_24.01.13.pdf), da Eurelectric

(<http://www.eurelectric.org/news/2012/achieving-the-internal-energy-market-by-2014-must-remain-key-priority.-eurelectric-urges/>) e do BEUC – Bureau Européen des Unions de Consommateurs (http://www.beuc.eu/publications/x2013_091_mgo_memorandum-greek_presidency.pdf)

³ Conclusões do Conselho Europeu de 21 de março de 2014, http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/141749.pdf

⁴ Comunicação da Comissão «Fazer funcionar o mercado interno da energia», de 15 de novembro de 2012, http://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20121115_iem_0663_en.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

energéticos a um futuro com baixas emissões de carbono; e, em terceiro lugar, colocar o consumidor no centro do processo enquanto vetor essencial da transição que se impõe e também enquanto beneficiário final dos esforços de liberalização.

7 – É, também, mencionado que em janeiro de 2014, a Comissão publicou um relatório sobre os preços e custos da energia na Europa, o qual revelou que os preços grossistas da eletricidade diminuíram significativamente na UE e que os preços grossistas do gás se mantêm praticamente estáveis desde 2008⁵.

No entanto, os preços da energia a nível retalhista na Europa aumentaram significativamente entre 2008 e 2012, nomeadamente, como resultado do aumento dos impostos e taxas sobre a energia, que representam uma parte significativa das faturas da energia no setor retalhista⁶.

Além disso, divergem substancialmente entre os Estados-Membros, o que evidencia a importância de uma avaliação exaustiva das suas intervenções e realça o potencial e a necessidade de uma maior coordenação das políticas⁷.

8 – É, ainda, referido, que essa necessidade de coordenação numa fase precoce foi também um dos motivos que levaram a Comissão a propor, em Janeiro de 2014, um novo quadro para as políticas climática e energética até 2030.

Um mercado interno da energia competitivo e integrado é uma componente importante desse quadro, uma vez que proporcionará as condições necessárias para a realização dos ambiciosos objetivos futuros da política energética e climática de uma forma economicamente eficiente e, desse modo, ajudará a garantir que os preços da energia para as empresas e as famílias não sejam distorcidos e que a necessária confiança dos investidores se mantenha.

9 – Será de referir, também, que mais recentemente, a crise na Ucrânia, com todos os riscos que representa para a segurança do aprovisionamento, demonstra uma vez

⁵ A concorrência é um fator importante, mas não o único a contribuir para esta diminuição. O aumento das fontes de energia renováveis capazes de produzir a custos marginais nulos, bem como a conjuntura económica negativa, são fatores igualmente importantes.

⁶ Comunicação da Comissão - «Preços e custos da energia na Europa», de 22 de janeiro de 2014, <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document.do?code=COM&year=2014&number=21&appLng=PT>

⁷ A Comissão procurou dar resposta a esta questão, mormente com o seu pacote de novembro de 2013 relativo à intervenção pública no setor da energia, C(2013) 7243 final.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

mais que a União Europeia só tem a ganhar com mercados da energia bem integrados e bem interligados, com fontes de aprovisionamento diversificadas e solidariedade em situações de crise.

A União tem, assim, de continuar a centrar os nossos esforços na diversificação das fontes de gás, na construção das ligações em falta para acabar com o isolamento de certas zonas, no desenvolvimento dos recursos energéticos da UE, com baixas emissões de carbono e na garantia da integração das energias renováveis de forma segura e fiável, na criação de plataformas de comércio líquidas e na eliminação de obstáculos administrativos desnecessários, no aumento do investimento em redes inteligentes, na responsabilização dos consumidores e na aplicação igual do direito comum da energia em toda a União.

10 - A cooperação regional é de importância crucial para alcançar estes objetivos e as crises recentes demonstram que agir isoladamente deixou de ser uma opção para os Estados-Membros.

Um mercado de energia transfronteiras a funcionar bem é a única ferramenta realista para manter um setor de energia europeu saudável e eficiente no futuro.

Um recente estudo encomendado pela Comissão calcula que os benefícios económicos líquidos da realização do mercado interno serão de 16 a 40 mil milhões de euros por ano⁸.

11 - Atualmente, e de acordo com o texto da presente iniciativa, 23,5 % da eletricidade produzida na União e 14 % da energia consumida em todos os setores provêm de uma fonte de energia renovável. Estes dados colocam a União no bom caminho para atingir o seu objetivo, de que 20 % da energia consumida provenha de fontes renováveis em 2020, ainda que sejam necessários esforços adicionais para o atingir.

12 - Estes factos oferecem, também, uma base sólida para que se prossiga nesta via e se alcance um objetivo mais ambicioso em matéria de energias renováveis em 2030⁹.

⁸ Estudo «*Benefits of an Integrated European Energy Market*» de Booz & Company Amsterdam, página 21, http://ec.europa.eu/energy/infrastructure/studies/doc/20130902_energy_integration_benefits.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A Comissão, com efeito, propôs um objetivo de, pelo menos, 27% para toda a União¹⁰. A situação geral na Europa em termos de segurança do aprovisionamento de gás melhorou significativamente nos últimos cinco anos, de acordo com o texto da iniciativa em análise.

13 – Importa, deste modo, referir que o Plano Energético Europeu para o Relançamento (PEER), de 2010, e a sua implementação mostraram como o consenso político e o financiamento por parte da União com alvos precisos podem ser decisivos para acelerar a construção de projetos de infraestruturas de importância crítica e, assim, estimular não só os mercados da energia mas também a economia em geral. Este programa realizou vários projetos de inversão de fluxos na Europa Central e de Leste, por exemplo, entre a Alemanha e a Polónia, que tornaram a rede de gás europeia mais resistente a potenciais choques de aprovisionamento.

14 – É, igualmente, indicado que já foram concluídas muitas ligações em falta, como os cabos elétricos entre a Estónia e a Finlândia ou entre o Reino Unido e a Irlanda. Estão atualmente em construção outros projetos fundamentais, como os terminais de GNL na Polónia e na Lituânia, a interligação elétrica entre a Suécia e a Lituânia ou a interligação de gás na fronteira Hungria-Eslováquia.

15 – É ainda, mencionado, que a preparação das redes de gás e eletricidade para o futuro exige o reforço das condutas e dos cabos de transporte existentes dentro das zonas de mercado e entre elas. No caso do gás, os investimentos devem ter como prioridade das prioridades pôr fim ao isolamento dos Estados Bálticos e diversificar as fontes de aprovisionamento em muitos Estados-Membros da Europa Central e Oriental e do Sudeste.

16 - A elaboração de um quadro jurídico harmonizado a nível europeu com regras europeias vinculativas, referidas como códigos de rede, estão, assim, a ser elaboradas

⁹ Comunicação da Comissão «Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030» de 22 de janeiro de 2014, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0015&from=EN>.

¹⁰ COM(2014)15 final.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

e adotadas e são cada vez mais aplicadas no funcionamento prático corrente dos mercados grossistas de gás e de eletricidade.

O seu impacto pode não ser tão imediatamente palpável como o de uma nova interligação, mas representam um verdadeiro progresso, o que é fundamental para fomentar o comércio transfronteiras de gás e eletricidade. No entanto, entre o setor do gás e o da eletricidade, assim como entre as regiões, os progressos divergem, e tornam-se visíveis novos desafios.

17 – Por conseguinte, é referido que os progressos realizados na conclusão do quadro regulamentar subjacente ao mercado são significativos, mas é necessário intensificar os esforços, especialmente na finalização dos códigos de rede de eletricidade e na supervisão da sua aplicação atempada e correta em toda a União.

18 – De mencionar, também, que a Comissão é da opinião de que se podem obter benefícios adicionais através do aprofundamento da integração do mercado interno da energia.

A proposta da Comissão de um novo quadro político em matéria de clima e de energia para o horizonte de 2030, assim como a estratégia europeia de segurança energética, tornam claro que uma maior integração dos mercados da energia é um requisito prévio para o cumprimento destes objetivos a médio e longo prazo.

19 – Por último, é de lembrar que a presente iniciativa frisa bem que a União está a avançar na direção certa, mas, embora se esteja no bom caminho, é também evidente que o trabalho ainda não está terminado.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE III – PARECER

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. Não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade, na medida em que se trata de uma iniciativa não legislativa.
2. No que concerne às questões suscitadas nos considerandos, e de acordo com o relatório da comissão competente em razão da matéria, prosseguir-se-á o acompanhamento do processo referente à presente iniciativa, nomeadamente através de troca de informação com o Governo.

Palácio de S. Bento, 10 de Fevereiro de 2015

O Deputado Autor do Parecer

(Carlos Costa Neves)

O Presidente da Comissão

(Paulo Mota Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE IV – ANEXO

Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU,
AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL
EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES – COM (2014) 634

Autora: Deputada

Hortense Martins (PS)

“Progressos na concretização do mercado interno da energia”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

INDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III - CONCLUSÕES



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, foi submetida em 13 de outubro de 2014 a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa aos "*Progressos na concretização do mercado interno da energia*", à Comissão de Economia e Obras Públicas, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

PARTE II – CONSIDERANDOS

➤ Objetivo da iniciativa

A política energética da Europa tem por base três objetivos centrais: a energia deve ter preços acessíveis e competitivos (dentro do espaço da UE), deve ser sustentável do ponto de vista ambiental e estar garantida para todos.

No ano de 2011 foi reconhecida, por parte dos Chefes de Estado ou de Governo, a importância da criação de um mercado interno da energia tendo sido estabelecido um prazo claro para a sua conclusão – até ao final de 2014. Ponto relevante neste compromisso foi que nenhum Estado-Membro da UE deveria ficar isolado das redes europeias de gás e eletricidade após 2015.

Em novembro de 2012 a Comissão apresentou um relatório, exaustivo, sobre o estado do mercado interno da energia, fazendo um balanço do que foi alcançado e perspetivando o futuro através da identificação dos três grandes desafios em que o futuro trabalho se deve centrar.

Assim: em primeiro lugar, a necessidade de implementar, aplicar e agir em conformidade com a legislação existente, em segundo lugar, com a necessidade de adaptar os sistemas energéticos a um futuro com baixas emissões de carbono e, em terceiro lugar, colocar o consumidor no centro do processo enquanto vetor essencial da transição que se impõe e



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

também enquanto beneficiário final dos esforços de liberalização. Esta Comunicação realiza o balanço dos progressos que foram efetuados.

Em janeiro de 2014, a Comissão publicou um relatório sobre os preços e custos da energia na Europa, [COM (2014) 21 que foi objeto de escrutínio por parte da CEOP], que revelou que os preços grossistas da eletricidade diminuíram significativamente na UE e que os preços grossistas do gás se mantêm praticamente estáveis desde 2008.

No entanto, os preços da energia a nível retalhista na Europa aumentaram significativamente entre 2008 e 2012, nomeadamente como resultado do aumento dos impostos e taxas sobre a energia, que representam uma parte significativa das faturas da energia no setor retalhista, divergindo de forma substancial entre os Estados-Membros e realça o potencial e a necessidade de uma maior coordenação das políticas.

A necessidade de coordenação numa fase precoce foi um dos motivos que levou a Comissão a propor, em janeiro deste ano, um novo quadro para as políticas climática e energética até 2030. Um mercado interno da energia competitivo e integrado é uma componente importante, uma vez que proporcionará as condições necessárias para a realização dos ambiciosos objetivos futuros da política energética e climática de uma forma economicamente eficiente e, desse modo, ajudará a garantir que os preços da energia para as empresas e as famílias não sejam distorcidos, mantendo a necessária confiança dos investidores.

A recente crise na Ucrânia, com os riscos que representa para a segurança do aprovisionamento, demonstra que a União Europeia só tem a ganhar com mercados da energia bem integrados e bem interligados, com fontes de aprovisionamento diversificadas e solidariedade em situações de crise.

➤ Principais aspetos

A consolidação do mercado da energia transfronteiras induz benefícios económicos líquidos de cerca de 16 a 40 mil milhões de euros por ano, para a União Europeia, sendo este factor, de acordo com um Estudo recente, demonstrativo da sua relevância.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Convém termos em conta que atualmente, 23,5% da eletricidade produzida na União e 14 % da energia consumida em todos os setores provêm de uma fonte de energia renovável. Estes dados colocam a UE no bom caminho para atingir o seu objetivo de que 20% da energia consumida provenha de fontes renováveis em 2020, ainda que sejam necessários esforços adicionais para o atingir.

Estes factos oferecem também uma base sólida para que se prossiga nesta via e se alcance um objetivo mais ambicioso em matéria de energias renováveis em 2030, tendo a Comissão proposto um objetivo de, pelo menos, 27 % para toda a UE.

Com o aumento da penetração das energias renováveis aumentam também os desafios. A variabilidade e a reduzida previsibilidade da energia solar e eólica tornam mais difícil a estabilização da rede. Os mercados bem integrados estão sem dúvida mais bem preparados para fazer face a este desafio. Tornam possível a ligação de zonas com cabazes energéticos complementares e, por conseguinte, tornam o sistema energético mais resiliente face a oscilações da procura ou da oferta.

O comércio transfronteiras de eletricidade entre a maioria dos países da UE tem vindo a aumentar, tal como a utilização de interligações - a parte das importações no consumo total de eletricidade disponível para consumo final aumentou em 23 Estados-Membros entre 2008 e 2012. No entanto, está ainda longe de atingir o seu pleno potencial.

Exige igualmente que os obstáculos ainda existentes ao comércio transfronteiras sejam suprimidos, tal como as persistentes restrições à exportação ou os requisitos desproporcionados para a obtenção de licenças.

O bom funcionamento dos mercados pode ainda promover e recompensar a flexibilidade e a eficiência energética. Se os preços refletirem o equilíbrio entre a oferta e a procura e os consumidores beneficiarem da possibilidade de adaptarem os seus padrões de consumo aos sinais de preços (resposta da procura), o custo total da garantia do aprovisionamento de energia pode baixar, pois diminui a necessidade de uma produção dispendiosa em períodos de pico e de capacidade de rede.

Um mercado interno da energia com boas conexões é essencial para garantir a segurança do aprovisionamento energético e esta vantagem tem de ser aproveitada quando em comparação com outras regiões do mundo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

➤ **A importância da concorrência no Mercado**

O aumento da concorrência no mercado grossista tem tido efeitos significativos nos preços.

No caso da eletricidade, os preços grossistas baixaram de forma significativa — entre 35 % e 45% no período entre 2008 e 2012 – e mantiveram-se estáveis no caso do gás. As interligações são utilizadas de forma mais eficiente e uma melhor regulamentação garante que seja aplicada a solução economicamente mais vantajosa na decisão sobre quais as centrais elétricas que devem produzir em cada momento. Além disso, os custos do sistema são substancialmente menores num mercado integrado.

No setor do gás, a diversificação dos abastecimentos, principalmente na parte ocidental do continente, permitiu beneficiar dos baixos preços de importação de GNL no período entre 2007 e 2010. Vários contratos a longo prazo foram parcialmente e em diferentes graus renegociados com os fornecedores tradicionais da Europa, especialmente em zonas onde existam possibilidades alternativas de abastecimento, permitindo diminuir a importância da ligação desatualizada ao preço do petróleo nos contratos de fornecimento de gás.

Embora os preços do GNL tenham subido na sequência do aumento da procura na Ásia pós-Fukushima, os preços nas plataformas de negociação de gás na Europa mantiveram-se controlados. E embora os elementos fundamentais para o bom funcionamento de uma plataforma apenas tenham existido até à data no noroeste da Europa, nos dois últimos anos verificaram-se progressos importantes, por exemplo, em Itália, Polónia e República Checa.

Por outras palavras, os sinais dos preços ajudam a otimizar a utilização das infraestruturas existentes e orientam os investimentos para os projetos economicamente mais sensatos para o futuro, permitindo conter atualmente os preços grossistas e, ao mesmo tempo, manter um sistema de energia não muito caro ao longo de todo o processo de modernização e de descarbonização progressivas do setor energético.

No entanto, embora a evolução dos preços nos mercados grossistas seja encorajadora, os consumidores não estão a sentir diretamente esses benefícios pelo que urge que sejam aplicadas novas tecnologias, como os contadores inteligentes, a domótica e a produção em pequena escala, de modo a ficarem ao alcance dos consumidores.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

➤ **Mais Redes e regras mais transparentes para defender o consumidor Europeu**

Embora tenham sido realizados progressos significativos, há ainda muito por fazer para que o gás e a eletricidade sejam negociados e transportados sem problemas através das fronteiras, com a necessidade de se manterem investimentos em cabos ou condutas (o «hardware») e, por outro, evoluir no quadro regulamentar (o «software»), tornando-o claro, transparente e generalizadamente aplicado.

É por isso fundamental a manutenção dos investimentos, por parte dos Estados, nas redes energéticas e nas infraestruturas de transporte, bem como a necessária evolução dos quadros normativos legais que potenciem um mercado cada vez mais concorrencial e em que os consumidores possam sentir as vantagens da existência de um mercado Europeu de energia.

O aumento proposto pela Comissão, em maio de 2014, do atual objetivo de interligação de 10% para 15% até 2030 é um desafio importante para o setor, considerando que o nível médio de interligação ronda os 8%. Este novo objetivo torna ainda mais premente a necessidade de manutenção dos investimentos neste setor.

➤ **A questão Regional**

Na sequência do acordo alcançado, sobre a importância da conclusão do mercado interno da energia em 2014, a Comissão publicou um plano de ação contendo 22 ações, relacionadas com a imposição do cumprimento da legislação em vigor, o funcionamento do mercado retalhista e a transição dos sistemas energéticos.

Depois da instauração de processos, a Comissão volta agora a sua atenção para os controlos da não conformidade, destinados a verificar se as medidas notificadas pelos Estados-Membros transpõem corretamente o terceiro pacote, suscitando que a intervenção pública e as orientações sobre auxílios estatais ao setor da energia e para o ambiente sejam no sentido de intervenção, apenas se necessário, e de modo proporcionado. Caso as intervenções se justifiquem, como para a promoção das energias renováveis, devem ser concebidas de modo a facilitar a integração do mercado.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

“A cooperação entre a Comissão, os governos dos Estados-Membros, os reguladores e os operadores de redes de transporte continuará a ser importante nesta complexa matéria, especialmente para avaliar a melhor forma de conseguir ganhos através de uma abordagem integrada.”

“Como requisito mínimo, a Comissão pede que os mecanismos de capacidade se abram a capacidade disponível no estrangeiro que possa efetivamente contribuir para satisfazer os padrões exigidos de segurança do aprovisionamento no Estado-Membro em causa. Um segundo requisito é que os mecanismos de capacidade promovam e recompensem as soluções do lado da procura na mesma medida que as soluções do lado da produção. Há que encorajar a flexibilidade da produção e da procura para que os mecanismos de capacidade complementem nesta matéria o incentivo decorrente dos preços variáveis da eletricidade no mercado para o dia seguinte, intradiário e de equilíbrio.”

“As iniciativas regionais fornecem uma base sólida para a evolução do mercado interno da energia, apresentando resultados concretos e que são diretamente visíveis. A forma pode ser a expansão das infraestruturas de rede transfronteiras, como, por exemplo, a iniciativa Offshore Grid dos países dos mares setentrionais, que procura desenvolver uma rede de transporte de alta tensão interligada nesses mares, que irá ligar melhor os mercados e facilitar a integração dos parques eólicos no mar de forma segura. Um outro exemplo é o Plano de Interconexão do Mercado Báltico da Energia (BEMIP), que visa acabar com o isolamento da região do Báltico e a integrá-la plenamente nos mercados da energia da UE, aumentando assim a segurança do aprovisionamento de gás.”

“A cooperação na Europa Central e do Sudeste é igualmente importante para criar um leque alargado de opções de abastecimento de gás na região e reduzir a dependência de uma única fonte.”

As iniciativas regionais estão igualmente a provar o seu valor concreto na implementação (precoce) de códigos de rede, conforme demonstra a iniciativa de acoplamento do mercado da eletricidade e a plataforma de leilões PRISMA relativamente à capacidade dos gasodutos.

No futuro, a integração dos mercados regionais deverá prosseguir, enquanto passo decisivo para a consolidação definitiva de um mercado único da energia em toda a União Europeia.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

No entanto, a Europa ainda tem que desenvolver um grande trabalho para que o mercado europeu de energia funcione na sua verdadeira plenitude.

➤ **Princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade**

Trata-se de uma Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativa aos Progressos efetuados na concretização do mercado interno da energia, não cumprindo deste modo apreciar o respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

PARTE III – CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão de Economia e Obras Públicas conclui:

1. Esta iniciativa não está sujeita à verificação do cumprimento do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade;
2. Contudo, face à pertinência do tema e a apreciação política que o mesmo merece, a Comissão de Economia e Obras Públicas deverá efetuar o devido acompanhamento desta matéria;
3. A Comissão de Economia e Obras Públicas dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterado pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

Palácio de S. Bento, 17 de dezembro de 2014

A Deputada Autora do Relatório

(Hortense Martins)

O Presidente da Comissão

(Pedro Pinto)